

UM SOPRO DE ESPERANÇA NA AMÉRICA LATINA: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Larissa Dulce Moreira Antunes¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo de descrever, comparar e avaliar as políticas públicas desenvolvidas com a finalidade de alcançar a segurança e soberania alimentar nas escolas públicas do Brasil e Bolívia respectivamente. O período analisado aqui é referente aos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), no Brasil, e do boliviano Juan Evo Morales (2006-2014.). Analisaremos especificamente as políticas públicas denominadas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) desenvolvidas nestes dois países. Este tema é muito recorrente e de extrema importância nas agendas políticas governamentais dos países latino americanos, pois é uma das formas de diminuir a fome e possibilitar o acesso a um alimento de origem saudável a população, conseqüentemente aos estudantes mais pobres. Depois de sistematizadas e comparadas, as políticas públicas serão avaliadas a partir dos relatórios, base de dados e bibliografia sobre o tema disponível.

Palavras Chave: Brasil. Bolívia. Segurança Alimentar. Soberania Alimentar. Políticas Públicas.

151

Abstract: This article aims to describe, compare and endorse public policies developed with the purpose of achieving food security and sovereignty in public schools in Brazil and Bolivia, respectively. The period analyzed here refers to the two presidential terms of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), in Brazil, and of Bolivian Juan Evo Morales (2006-2014.). We will analyze specifically the public policies called PNAE (National School Feeding Program) developed in these two countries. This theme is very recurrent and extremely important in the governmental political agendas of Latin American countries, as it is one of the ways to reduce hunger and provide access to a healthy food for the population, consequently the poorest students. After being systematized and compared, public policies will be evaluated based on the reports, database and bibliography on the available topic.

¹ Mestranda e Bolsista do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Rurais pela UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Especializada em Ensino de Sociologia pela UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rei). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Atualmente é professora de Sociologia do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais SEE – MG.

Keywords: Brazil. Bolivia. Food Security. Food Sovereignty. Public Policies.

INTRODUÇÃO:

O modelo político econômico do neoliberalismo trouxe conseqüências gravíssimas ao meio rural em especial para a América Latina, somada a industrialização agrícola, os resultados foram: aumento na concentração de terras, restrição a agricultura familiar camponesa e indígena a minifúndios; expropriação de áreas comunitárias em favor das monoculturas e em prejuízo de cultivos como milho, arroz e feijão, afetando a soberania alimentar dos países da região; e a deterioração do padrão alimentar pela introdução massiva de produtos industrializados (FERNANDES e ROMANO 2016).

Os acordos de livre comércio atribuíram à diminuição das tarifas de importação, fomentando a queda dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno. Os produtores rurais tiveram sua renda afetada e a população foi submetida a um padrão alimentar que incluía comidas globalizadas, ultraprocessadas e derivados de monoculturas transgênicas, contaminadas com níveis crescentes de agrotóxicos. A mudança para essa dieta alimentar proporcionou em um agravamento à saúde coletiva em função do aumento do consumo de agrotóxicos e químicos. Esse padrão põe em risco a soberania e segurança alimentar destas regiões.

Segundo a bibliografia existente em diversas situações, os governos progressistas orientaram suas economias para a atividade primária, valendo-se de um longo período de alta dos preços de commodities agrícolas, minerais e energéticas, o que lhes proporcionou os meios econômicos para promover investimentos em obras de infraestrutura, transporte, educação e nas demais frentes de atuação estatal necessárias à promoção de um desenvolvimento inclusivo e à superação da pobreza. No entanto, esta onda progressista em muitos desses países deu lugar a um ciclo neodesenvolvimentista de caráter nacional, que acabou mais uma vez privilegiando os interesses do grande capital (FERNANDES e ROMANO 2016).

A questão da soberania e segurança alimentar se faz muito importante nas agendas política dos governos latino americanos. A soberania alimentar diz respeito ao direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, também diz respeito ao direito de definir elementos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica. Esta soberania alimentaria propõe e coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e das políticas alimentares acima das exigências dos mercados e das empresas. Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantem o direito a alimentação para a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

A segurança alimentar incide na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e de quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. Este termo começou a ser utilizado pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quando ficou evidente que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, especialmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Conseqüentemente, esta questão adquiria uma definição de segurança nacional para cada país, apontando para a precisão de formação de estoques estratégicos de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos.

Segundo Zannoto (2017) a segurança alimentar defendida pela FAO e a maioria dos governos do mundo resguarda que todos tenham condições de acesso a alimentos básicos para uma alimentação saudável, em qualidade e quantidade. Isso significa que não importam as condições de reprodução, desde que matem a fome e que tenham comida no prato.

Porém como é observado nas bibliografias e nos discursos defendidos por ecologistas e principalmente pelos movimentos sociais, que, o termo e a

proposta da soberania alimentar seria muito mais ampla e importante do que só segurança alimentar. Em suma a soberania além de defender que matemos a fome e tenhamos acesso a alimentos básicos, nós devemos ser soberanos para desenvolver toda a cadeia produtiva (produzir e comercializar) e aplicá-la na sua região, no seu país, produzindo aquele alimento que corresponde com as práticas culturais do lugar, corresponde também ao modo de vida da região. E não é dependente do mercado externo e da racionalidade capitalista atual. Ziannoto (2017) ressalta que a soberania diz respeito à saúde humana e da natureza sendo diversa nos cultivos promovendo o equilíbrio entre os seres.

Segundo Emir Sader (2014) o grupo de partidos predominante na esquerda no início do século XXI inclui formações diferenciadas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), do Brasil, a Frente Ampla (FA), do Uruguai, o Partido da Revolução Democrática (PRD), do México, a Frente Farabundo Martí (FMLN), de El Salvador, e o Movimento ao Socialismo (MAS), da Bolívia. Elas apresentam aspectos comuns de ação institucional, de manutenção dos modelos econômicos herdados – ou de grande cautela em relação a sua superação – e de recurso às políticas sociais compensatórias, ao menos nos casos dos partidos que chegaram ao governo, como no Brasil e no Uruguai.

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito como representante do Partido dos Trabalhadores (PT). O partido de Lula tem como base os sindicatos e movimentos sociais brasileiros dentre eles a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimentos dos Sem Terra). Cabe salientar que parte da classe média ajudou a eleger o ex líder sindical. O chefe do executivo boliviano, Evo Morales foi o primeiro presidente aymara a ser eleito, também ex-líder sindical do sindicato dos cocaleiros, e representante dos povos originários e trabalhadores, Morales, assumiu a presidência de seu país no ano de 2006 com apoio das classes médias urbanas. O período que trataremos aqui corresponde aos anos de 2003 a 2011 no caso do Brasil e dos anos de 2006 a 2014 no caso boliviano.

Discutir esse tema é uma ferramenta de legitimação dessas políticas públicas compensatórias. Em ambos os países a população rural corresponde à parte mais pobre do território. No caso brasileiro e boliviano os índices de

desigualdade, analfabetismo e restrições ao acesso a direitos básicos abarcam grande parte da população rural. Se bem avaliadas essas políticas públicas podem servir de exemplos para outros países ao redor, e, também como imprescindível aporte teórico bibliográfico sobre as ruralidades latino americanas.

Na primeira parte do artigo discutiremos o conceito de políticas públicas a partir da teoria de alguns dos principais autores do tema. A segunda haverá uma breve contextualização do cenário latino americano antes das políticas de segurança e soberania alimentar, a segunda parte serão discutidas as duas principais políticas públicas dessa natureza, brasileiras e bolivianas. Na terceira parte do trabalho serão pontuados os resultados e conseqüências da aplicação dessas políticas comparando-as, e, por último a conclusão geral de todo este estudo.

Segundo Chonchol (2005) de modo geral, com exceção do Chile, a partir da reforma e de ajustes econômicos ocorridos no ano de 1980 e 1990, houve transformações na forma de produção agrícola dos países latino americanos. Essas mudanças baseavam-se na desregulação dos mercados, abertura econômica, privatizações e retração do Estado. O resultado dessas modificações para o autor, por sua vez, induziu a mudanças na estrutura produtiva a favor dos produtos com maior demanda no âmbito mundial (frutas, hortaliças, flores, sementes, oleaginosas, produtos florestais e carnes de aves) e em detrimento de produtos tradicionais da região como trigo, café, açúcar, algodão e banana, com preços em declínio nos mercados internacionais.

Os produtos que mostraram as maiores taxas de crescimento nos anos de 1990 foram, sobretudo os realizados pelos produtores mais modernizados, com maior acesso a melhorias técnicas, capital e tecnologias, enquanto os cultivos realizados pelos pequenos agricultores familiares ou minifundiários mostraram estagnação ou retrocesso. Outro dos traços sobressalentes do atual processo de reestruturação da agricultura latino-americana, para Chonchol (2005) é a crescente influência dos grandes grupos multinacionais de insumos básicos, como agroquímicos e sementes, os quais, mediante a entrega de pacotes tecnológicos, determinaram de modo cada vez mais direto as formas

de subcontratação e a distribuição temporal das tarefas produtivas – preparação de solos, semeadura, colheita e outras – com que operam amplos setores de agricultores primários.

As mudanças nas condições produtivas manifestam-se também em um aumento da mecanização e do uso de insumos químicos como fertilizantes e pesticidas. A presença desses fatores permitiu a muitos países da região um aumento significativo da produtividade agrícola, especialmente nos produtos mais dinâmicos e nas unidades de produção mais modernizadas, mais capitalizadas e com melhores terras.

Algumas das conseqüências mais negativas das mudanças estruturais no setor agrícola, das quais resultou uma maior heterogeneidade de situações, a maior diferenciação das condições produtivas dos pequenos e grandes produtores, e a queda do emprego, foram o aumento da pobreza e o aprofundamento da desigualdade no meio rural. Em 1980, segundo o autor, os pobres rurais na América Latina chegavam a 73 milhões de pessoas, e em 1997 ultrapassavam os 78 milhões. Quanto aos indigentes rurais, incluídos nas cifras anteriores, haviam passado de 40 para 47 milhões. Quanto aos pobres urbanos, haviam aumentado de 63 milhões em 1980 para 126 milhões em 1997, enquanto os indigentes urbanos passaram de 22,5 para 42,7 milhões (CHANCHOL, 2005).

156

O CASO BRASILEIRO:

Segundo Salgado (2017) a agricultura familiar vem ganhando espaço nos debates sobre a construção de políticas públicas no Brasil, pois, estes debates mostram a importância dessa categoria social para um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado e sustentável no meio rural. Apoiar e fomentar políticas públicas para a área da agricultura familiar é importante, pois dinamiza o campo, fomenta a circulação monetária, e tira dos cinturões da miséria milhares de brasileiros.

A agricultura familiar e as questões em torno dela foram esquecidas pelas principais políticas agrícolas nacionais (ABRAMOVAY 1998, SILVA 2014, FREY 2000, SOUZA 2006). Os investimentos do governo federal para as primeiras políticas públicas do mundo rural eram destinados aos médios e grandes proprietários rurais, excluindo a maior parte da categoria que são os pequenos produtores.

Conforme mencionado anteriormente, essa realidade começou a alterar a partir da década de 1990 (SALGADO 2017). As primeiras mudanças provenientes de ações nacionais visando à agricultura familiar foram fruto de muita mobilização dos movimentos sociais ligados aos sindicatos rurais, culminando no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A partir dessas ações, a agricultura familiar passa a ser vista pelo Estado, como segmento estratégico para a produção de matérias-primas, geração de emprego e renda e abastecimento alimentar das populações rurais. (ABRAMOVAY 2007,).

Embora o PRONAF tenha como público-alvo esta categoria social, e sua importância ser inquestionável, seu desempenho tem sido questionado por não levar em conta as especificidades da agricultura familiar e a diversidade de experiências de produção existentes. Para os estudiosos do assunto (SOUZA e BARBE 2014, ANDERREWS 2004 e GRISA e SCHNEIDER 2014.) esta política pública tem enfrentado problemas de implantação junto aos agricultores mais vulneráveis e menos descapitalizados e em contraste, tem beneficiado, principalmente, as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

Diante desta realidade, aliadas à transição na esfera federal nos anos 2002/2003, houve a necessidade de criação de instrumentos governamentais para formar um novo mercado para a produção agrícola de base familiar e/ou para incluir os agricultores familiares, principalmente os mais fragilizados economicamente, aos mecanismos formais de apoio à produção agrícola. Como resposta a esta necessidade, criou-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, por meio da Lei Federal n. 10.696. É uma nova estruturação do antigo

“Merenda Escolar” o PNAE (Programa Nacional de Merenda Escolar). E é neste segundo programa específico do qual iremos tratar neste artigo.

Antes de analisarmos esses programas vamos retomar ao tema da política pública. O que é uma política pública e para que serve? Iremos discutir essa temática a luz dos autores contemporâneos de estudos rurais tal qual destacamos: Frey (2000), Grisa e Schneider (2013), Souza (2006) e Leite (2001) para entendermos um pouco mais da realidade brasileira.

É perceptível com a leitura dos textos acima constatar que para o termo “Políticas Públicas”, não tem uma definição única, mas para estes autores que foram citados acima se aproximam da seguinte idéia: de que as mesmas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (federal, estadual ou municipal) com a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados. A política pública na sua finalidade tem como escopo assegurar determinados direitos de cidadania para vários grupos da sociedade ou determinado segmento.

E quem faz a política pública? Ela é feita pelos atores governamentais e também pela sociedade civil. A política pública tem um viés político onde a resolução envolve conflito de interesses e um viés administrativo, pois são fundamentais para a realização de melhorias para a sociedade. Elas podem ser políticas de estado, ou seja, independe de quem está no governo e é aparada pela Constituição Federal, e podemos falar de uma política de Governo, na qual está relacionada ao governo eleito. A política pública vem do excesso ou carência de algo que ocorre na sociedade (Problema Público).

A política pública é o “tratamento” a esse problema, uma tentativa de intervenção para sanar esse problema público. Existem alguns instrumentos de políticas públicas, ou melhor, as formas de operacionalizar essas diretrizes. A primeira delas é a lei, a segunda delas é a campanha, a terceira pode ser efetuada por meio de prêmios, a quarta são a partir de obras, e por fim, a quinta com a cobrança de multas e taxas.

Historicamente no cenário brasileiro as políticas públicas criadas e efetivadas no mundo rural foram em benefício da média e grande propriedade.

Todo o projeto de modernização da agricultura brasileira que ocorreu nos anos 60,70 e 80 contou com uma forte participação do estado brasileiro. Ao longo destes anos vale realçarem cinco políticas públicas importantes nesse cenário: (1) Crédito Rural, o (2) Seguro agrícola, a (3) Assistência técnica e extensão rural que originou a Embater, (4) a Pesquisa Agropecuária que foi criada a Embrapa e por fim a (5) Política de Preço Mínimo. Esse foi o pacote de políticas públicas criadas nas primeiras décadas que beneficiaram em grande medida os grandes e médios produtores, destacando especialmente os agricultores sulistas, os produtores de exportação e aqueles cuja mercadoria era essencial para a agroindústria.

Somente a partir dos anos 90 foram implantadas políticas públicas voltadas para agricultura familiar no país. Dentre elas podemos salientar a criação da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o PRONAF, em 1995 esta criação foi fruto de mobilização social protagonizada pelos movimentos sindicais em grande medida organizados em torno do Grito da Terra Brasil.

A medida com que o PRONAF foi ganhando mais espaço na agenda política dos governos e que proporcionalmente a sociedade civil foi tomando conhecimento e reconhecimento da agricultura familiar houve um conjunto maior de mudanças institucionais e políticas públicas, podemos pontuar algumas como em 1989 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que foi extinto em 2016. A partir de 2003 houve no Brasil um amplo conjunto de políticas públicas criadas, é importante salientar que essas políticas públicas de certa medida tentam compreender ou abarcar a dimensão agrícola, social, e de infraestrutura. A redução da pobreza rural e da fome foi expressiva nesse período em grande medida após, o conjunto de políticas públicas.

O primeiro conjunto de medidas criadas (como o PRONAF) foram medidas focadas na produção. À medida que o PRONAF emergiu logo se percebeu que somente este programa poderia reproduzir dentro da agricultura familiar mecanismos de exclusão, desta maneira em 1997 principia a emergência de um conjugado de políticas públicas com o viés mais social:

Bolsa Família, Fome Zero e políticas Territoriais (criado em 2008 os Territórios da Cidadania), com a ênfase na estruturação de territórios vulneráveis economicamente e socialmente.

As políticas públicas pós 2003 em sua totalidade, articulam ou dão destaque a segurança alimentar e nutricional, e, também foca na sustentabilidade do meio rural. Esse novo enfoque é conhecido pela literatura rural como terceira geração de políticas públicas. A exemplo de políticas públicas criadas na terceira onda evidenciamos o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), a mudança que ocorreu no Programa Nacional da Alimentação Escolar (2009) na qual se deve incorporar ao menos 30% de alimentos provenientes da Agricultura Familiar, e por último a Política de garantia de preços para produtos da sócio biodiversidade. Esse conjunto (terceira onda) dá um enfoque maior a sustentabilidade e segurança alimentar.

Sabemos que a fome é um fenômeno que atinge a sociedade brasileira, mas, a cada nova geração a população vem sofrendo com o fenômeno da obesidade. Investir em políticas públicas e na agricultura familiar é uma maneira de sanar essas duas demandas da sociedade Brasileira em específico. O apoio estatal com políticas públicas a questão da agricultura rural fundamental, pois a agricultura é uma atividade vulnerável. Nós seres humanos não controlamos o ambiente nem a temperatura, fazendo com que fiquemos muito mais suscetível a questões naturais do que na indústria por exemplo.

160

PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)

Por volta de 1940 algumas escolas começaram a se organizar montando os “caixas escolares” que tinha como objetivo arrecadar dinheiro para fornecer a alimentação aos estudantes enquanto estes permaneciam na escola. Nesse período o governo federal não participava desta iniciativa, mas observou com bons olhos essa prática, pois era importantíssima a alimentação escolar para assegurar a permanência destes alunos nos espaços educacionais além de fomentar a redução da desnutrição infantil no país naquele período específico.

Em 31 de março de 1955 Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o Decreto de número 37.10 criando a Campanha de Merenda Escolar. Esse nome foi modificando até que em 1979 foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Desde a década de 50 temos institucionalizado esse programa de alimentação escolar (PNAE). No princípio de sua execução o governo não possuía recursos nem organização para que se aplicasse em todo território, então por uma questão de estratégia optou-se pela região com maior desnutrição infantil daquela determinada época que era o Nordeste.

Os alimentos eram doados por outros países, inclusive os Estados Unidos que com o tempo começaram a reduzir. Estes alimentos eram compostos principalmente de origem industrializadas, como leite em pó desnatado, farinha de trigo e soja. Na década de 70 que o Brasil mesmo assumindo a compra dos seus alimentos, a aquisição do alimento ainda baseava-se em produtos industrializados representando o total de 52% das aquisições totais. Os principais produtos comprados neste período foram: paçoca, farinha láctea, sopa industrializada, entre outros.

Desde 1998 o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC) e seu objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. A importância desse programa aos alunos é que o mesmo veio a reforçar o direito humano a uma alimentação adequada e intrínseco para discutirmos a segurança alimentar, pois se a Estada oferta alimentação para a criança todos os dias, ela terá aquela certeza de alimentação. E uma segurança alimentar, além do consumo do alimento com qualidade, feito com variedade, quantidade suficiente para atender as necessidades do aluno afim que ele possa aprender com qualidade e que ele possa socializar com os colegas, possa desenvolver as suas atividades. O repasse de recursos não significa a totalidade do valor, mas boa parte ou maior parte conforme o numero de alunos e se a escola encontra-se, por exemplo, em comunidades indígenas.

O CASO BOLIVIANO:

A Bolívia tornou-se independente do Império Espanhol no século XIX do ano de 1825. Desde a sua fundação, o estado boliviano se caracterizou por ser um país eminentemente dependente, conhecido também pela instauração de um padrão de desenvolvimento primário exportador, sendo um modelo embasado na exportação e exploração das matérias primas. (Ministério de Economia e Finanças Públicas- MIN/ EFP, 2011. P.10).

Segundo Laura (2016) mesmo com a independência em relação à Metrópole, a Bolívia permaneceu durante ano submerso em padrão colonial europeu. As heranças foram muitas, e iam desde a discriminação com os povos não europeus até a presença dos latifúndios no território. Laura (2016) explica que, mesmo com o passar dos anos e a situação dos povos indígenas especificamente, pouco mudou, porque mesmo independente da Metrópole os povos originários continuaram marginalizados, inviabilizados na sua própria terra.

Os governos autoritários da época pouco ou quase nada trataram dessa questão das terras, pois as terras dos povos originários continuaram sendo expropriadas sem freio algum e a classe dominante, os crioulos só reconheciam a liberdade econômica que afetava diretamente aos indígenas. Os crioulos começaram a gerir os latifúndios enquanto o trabalho do camponês e do indígena era constantemente trocado por pequenas parcelas de terras (LORA,1967).

As primeiras mudanças políticas institucionais para amenizar alguns desses problemas começaram a ser efetuadas de fato em 1952 com a vitória do governo de Victor Paz Estensoro do Movimento Nacional Revolucionário (MNR). O governo tomou algumas medidas na qual chamou de Revolução, dentre elas podemos citar:

la nacionalización de la gran minería del estaño –principal producto de exportación– cuyas minas pasaron a integrar la Corporación Minera de Bolivia – COMIBOL; b) una reforma agraria que repartió la tierra entre los campesinos, creando un amplio sector de pequeños propietarios que sería fiel al MNR por varias décadas; c) la concesión del voto a los analfabetos, que hasta allí no tenían derechos políticos plenos y, d) una profunda purga en las Fuerzas Armadas, que fueron prácticamente reconstituidas en toda su extensión (SABINO,

1999, S/p. apud COLE, Julio H., 1987; GALLARDO, Jorge L., 1972).

Essas ações foram responsáveis por mudanças importantíssimas ao território boliviano, principalmente, pois agora integrava constitucionalmente uma parte da população tornando cidadãos (mulheres, camponeses e indígenas). Os anos 1960 inauguraram um acelerado processo de modernização vinculado a Revolução Verde, as políticas de crescimento econômico adotadas pelos governos foram intensificando-se e com o passar do tempo ficou consolidado o monocultivo da cultura de soja, fomentando uma mudança na estrutura de produção rural, tornando essa produção refém das demandas e taxações do mercado externo.

A ditadura militar boliviana também propiciou que se solidificasse a monopolização das terras, foram distribuídas milhares de terras aos aliados políticos, e muitas dessas terras foram distribuídos gratuitamente e de modo fraudulento. Segundo a bibliografia existente, o número chegou até 50.000 hectares por pessoa para implantar nessas terras: fazenda de gados, exploração florestal ou petrolífera. Essa prática é um retrocesso, pois propôs uma invisibilidade política da democracia e da participação popular.

Os anos 80 tanto no contexto macro (América Latina) como no contexto micro (Bolívia, nesse caso) atravessavam um período em que o modelo neoliberal estava em consolidação, esse ajuste estrutural segundo Urioste y Kay (2005) variavam e passaram desde a um mercado que promovia e fomentava a compra e venda livremente de terras comunitárias a privatizações de empresas estatais promovendo, na política a intervenção estrangeira e concentração de renda na mão de uma parcela da população aumentando a pobreza e miséria urbana e rural na mesma proporção com que se destruíam os recursos naturais preocupados em abastecer o mercado mundial com soja, carne, entre outros. E é nesta conjuntura que o partido, MAS (Movimento ao Socialismo) chega ao poder, no ano de 2006, numa profunda crise social e econômica e com altas taxas de desnutrição e alto índice de desigualdade social e pobreza.

Devemos ressaltar que após a eleição de Evo Morales e Alberto Linera ocorreram houve mudanças sociopolíticas no território boliviano. A principal

delas foi a promulgação de uma nova constituição, denominada de Constituição Plurinacional. Diferentemente de outros países da América Latina (inclusive o Brasil) os ideais que regem a constituição não são o mesmo daqueles de países europeus republicanos (igualdade, liberdade e fraternidade), a Bolívia, assim como o Equador adotaram o *Buen Vivir* como princípio. Os princípios do *Buen Vivir* são: (1) saber comer, (2) saber beber, (3) saber dançar, (4) saber dormir, (5) saber trabalhar, (6) saber meditar, (7) saber pensar, (8) saber amar e ser amado, (9) saber escutar, (10) saber falar bem (11) saber sonhar, (12) saber caminhar, (13) saber dar e receber.

E é sobre esse primeiro princípio a qual trataremos aqui. Na cosmologia andina (aymara, quéchua, etc) “Saber Comer” significa saber escolher alimentos saudáveis para consumir. Segundo os princípios do *Buen Vivir* aqui tratado, tudo vive e necessita de alimento, por esta razão que é através de oferendas que se dá o alimento a mãe terra, as montanhas e os rios. A terra que provém os alimentos requeridos e por isso devemos comê-los conforme sua época de frutificação respeitando o tempo e o alimento do local. É entender que existe um ciclo natural que deve ser respeitado. Respeitar aqui significa não sobrepor uma racionalidade econômica capitalista na produção de alimentos. E o esperar também reflete em uma possibilidade de dar mais valor ao alimento em si e não tratá-lo como uma coisificação.

Para além desta explicação previamente dada, o respeito ao alimento significa o consumo dos produtos locais, produzidos com uma dada preocupação sem destruir a natureza, os rios e a flora local. Saber comer não envolve o uso de agrotóxicos, a produção em larga escala e muito menos o uso de sementes transgênicas. Por isso este trabalho não fornecerá um detalhamento da história agrária da Bolívia nos dois primeiros mandatos do MAS, e, sim, as políticas públicas desenvolvidas para sanar o problema da segurança e soberania alimentar.

Assim como no Brasil a Bolívia também assumiu três movimentos de desenvolvimento rural. Segundo Pacheco (2009) o primeiro deles ocorreu entre os anos de (1952-1985) e é chamado de “Modelo Nacional Estadista”. O Modelo Nacional Estadista é proveniente de um capitalismo de estado cuja

visão agrária de desenvolvimento rural, dando ênfase ao desenvolvimento da agricultura moderna de médio ou grande porte. Nesta primeira fase o controle do Estado sobre a distribuição de recursos naturais havendo uma diminuição de latifúndios na parte ocidentais e incentivos para povoamento. Ainda sim, nesta fase houve muita concessão florestal, infração de direitos principalmente dos camponeses e indígenas. Casos de corrupção e caos administrativos.

Quanto à produção houve maior diversificação da produção e substituição das importações (produção nacional de alimentos) com a promoção da agricultura no oriente; incentivos de preços para a ampliação de cultivos agroindustriais, proteção de mercados internos, desenvolvimento das indústrias de processamento e infraestrutura de apoio, criação de um sistema público de assistência técnica o IBTA.

O segundo modelo adotado é o “Modelo Privatista Neoliberal” que foi dos anos de 1986 até 2005. Esse modelo também possuía uma visão mais agrária do desenvolvimento rural unida a temas ambientais que consolida a agricultura industrial de médio e grande escala. Há uma continuação na entrega gratuita de terras (medias e grandes propriedades) para o cultivo de agroindustriais de exportação. Este período também marca o início do processo de saneamento e titulações de terras, redução de concessões florestais e autorização para o aproveitamento de bosques a proprietários privados.

Neste período também houve incentivos ao crescimento dos cultivos industriais para a exportação e desenvolvimento de cadeias agroalimentares. Abertura de mercados externos e promoção de exportações (devolução de impostos, liberalização comercial e supressão de medidas de proteção a produção agrícola e privatização da assistência técnica- SIBTA).

O terceiro e último modelo teve início nos anos 2006 e é o que perdura até a atualidade, este modelo contemporâneo é conhecido como “Modelo Nacional Produtivo”. Este tem uma visão integral de desenvolvimento rural, baseada em uma economia plural: estatal, mista (público e privada) e privada e comunitária. Neste período houve uma mudança de cunho normativo na questão agrária para efetivar o saneamento de terras e recuperação de terras fiscais para o Estado para a entrega via assentamentos comunitários.

O desenvolvimento rural integral proposto por esse último modelo tem como ênfase a produção de alimentos básicos. Há a intervenção do estado em pontos estratégicos: restrições climáticas a exportação e autorização de importações de alimentos básicos com problemas. Nacionalizou a assistência técnica (INIAF). A política pública analisadas neste artigo foi criada e implantadas neste terceiro modelo. A primeira delas é o ACE (Alimentação complementar escolar) criada em 1991, mas que vem sofrendo alterações no período transformando-se anos mais tarde no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

No território boliviano foi no ano 1951 que ocorreram pontapés iniciais de uma alimentação escolar. Segundo as informações disponíveis no Ministério da Educação, por meio do Decreto Supremo nº 2896, o qual fornecia refeição em escolas de empresas mineiras, ferroviárias e industriais. Já em 1953 foi assinado um acordo de doação de alimentos com a Aliança para o Progresso visando oferecer refeição em escolas públicas urbanas da Bolívia, o qual foi ampliado para áreas rurais em 1968, com a ajuda da cooperação internacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BOLIVIANO 2015).

Segundo os dados do governo, diversos organismos de cooperação internacional com o passar do tempo, dispuseram a ajudar esta iniciativa, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), porém, estes programas eram desempenhados apenas com mantimentos oferecidos e cumpriam certas exigências destes organismos que ofereciam a ajuda, enquanto a participação do governo boliviano era muito débil ou inexistente.

Até o ano de 2014 inexistia uma legislação atual que regulamentasse a alimentação escolar nacionalmente na Bolívia. A cobertura era parcial e inadequada para que alcançasse os objetivos educacionais, o controle de qualidade dos alimentos oferecidos era precário, dentre outros problemas enfrentados (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2015). Em 2012 um grupo de parlamentares, incluindo deputados e senadores, preocupados com a fome e a desnutrição no país, elaborou um anteprojeto que, posteriormente, resultou na Lei nº 622, a atual Lei de Alimentação Escolar (FAO, 2015).

Esta lei específica que foi aprovada em 2014, tem como escopo universalizar a alimentação escolar e proporcionar com qualidade este benefício para todos os estudantes do país, contribuindo para o rendimento destes jovens nas escolas, promovendo a permanência dos mesmos no sistema de ensino por meio de uma alimentação saudável. Além disso, esta lei prioriza os agricultores locais como fornecedores para o programa de alimentação escolar, tendo como objetivo fomentar a economia local (FAO, 2015).

A partir da Lei nº 622, considera-se produtores locais de alimentos para o PAE boliviano os seguintes atores da economia social comunitária: a) Pessoas naturais; b) Associações de Pequenos Produtores Rurais (APPR); c) Organizações Econômicas Campesinas, Indígena Originárias – OECAS; d) Organizações Econômicas Comunitárias – OECOM; e) Famílias produtoras indígenas, originários campesinos, interculturais e afrobolivianas organizadas em agricultura familiar sustentável (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, p. 89, 2015).

Está previsto nesta lei que A as refeições escolares sejam produzidas com ingredientes nutritivos e culturalmente adequados às diferentes regiões do país e também não permite que sejam utilizados alimentos geneticamente modificados na alimentação escolar (ONUBR, 2015). A população alvo do PAE boliviano são crianças e adolescentes na faixa de 4 a 19 anos de idade, alunos e alunas de escolas públicas de educação inicial, primária e secundária. Os recursos utilizados para financiar o programa são de origem municipal, de prefeituras, Organizações não governamentais (ONGs) e contribuições de pais de estudantes (PSAN, 2017).

A partir dos dados disponíveis pelo o Ministério de Educación (2015) o Programa na possui quatro componentes que tem como objetivo fortalecer a alimentação oferecida nas escolas dos 339 municípios deste país: 1) educação, saúde e nutrição; 2) fortalecimentos dos governos autônomos municipais, da OECAS, OECOM e Micro e Pequenas Empresas; 3) mecanismos de coordenação multisetorial; 4) fiscalização, monitoramento e avaliação. Para este órgão, cada componente conta com resultados e produtos

que poderão ser alcançados mediante a implantação de diversas ações estratégicas, tais como organização de conteúdo de educação alimentar e nutricional para os estudantes e professores;

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo PAE da Bolívia pode-se citar: a elevada dispersão das unidades educativas do meio rural, o que impacta na cobertura total do programa; recursos reduzidos dos governos municipais para a compra de alimentos, além de falta de espaços para o armazenamento e o preparo de alimentos, em especial em municípios com menos de 20.000 habitantes; ausência de informações sobre o consumo de alimentos adequados por regiões; insuficiente controle de qualidade e aceitabilidade dos alimentos destinados ao programa (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, 2015).

Identificam-se diversos desafios que estão sendo enfrentados por parte dos agricultores familiares para participar das compras públicas da alimentação escolar, dentre os quais: limitada capacidade fornecer produtos locais de qualidade, nas quantidades solicitadas pelas unidades escolares e sanitariamente adequados; atrasos nos pagamentos das compras públicas por parte dos GAM (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, 2015).

Segundo a bibliografia disponível com a aprovação desta lei a Bolívia passa a integrar um movimento que vem ocorrendo em diversos países, que é de inserir na alimentação escolar agricultores familiares como fornecedores, de valorizar a produção local e oportunizar, por um lado, um mercado para estes agricultores comercializarem seus produtos, e, por outro, uma alimentação mais saudável e respeitando os hábitos alimentares de cada região. Para que o programa boliviano possa evoluir e atingir seus objetivos é necessário que os diferentes atores envolvidos neste processo estejam articulados. A legislação boliviana que regulamenta a participação de agricultores locais no PNAE é recente, pois teve vigência a partir de 2015, desta forma ainda são escassos na literatura e no site oficial os resultados alcançados pelo programa no período mais recente.

O Programa de Alimentação Escolar (PAE) é uma estratégia que promove o acesso e a permanência de crianças e jovens ao sistema educativo

fomentando hábitos alimentares saudáveis através de um complemento alimentar. Este programa está regido pelo Ministério da Educação determinado pela resolução que estabelece que cada um das preparações e porções alimentares e entregar aos estudantes por grupos conforme a faixa etária.

Essas preparações são supervisionadas por nutricionistas e profissionais dietéticos determinam o cardápio. A PAE entrega dois tipos de alimentos que dão o nome de ração alimentícia: o primeiro um complemento na manhã e um a tarde que comportam 20% das calorias diárias recomendadas segundo seu grupo de idade. E o segundo, um complemento (almoço) que comporta 30% das calorias recomendadas ao dia segundo sua idade.

Quem garante a operacionalização do Programa de Alimentação Escolar são as prefeituras que estão comprometidas com este programa e com a educação em tempo integral desde o início do calendário acadêmico e durante todo o ano. Os alimentos que são entregues nas escolas são comprados dos pequenos produtores por um preço justo. A complementação que se dá nas manhãs são utilizados alimentos mais processados, normalmente são leites em caixinhas, granola e biscoitos. E o almoço segue os padrões mais naturais com cereais, carne legumes e verduras.

169

BALANÇOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

O PNAE apresentou mudanças após a gestão do Governo Lula em 2003. Segundo Peixinho (2010) é evidente os avanços que o PNAE conquistou ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir de 1995 e, mais particularmente, no período de 2003 a 2010. De acordo com dados estatísticos oficiais, no período de 1995 a 2010, observa-se uma importante ampliação do PNAE, tanto em termos de alocação de recursos financeiros, como de cobertura populacional. Entre 1995 a 2010, o PNAE ampliou sua cobertura populacional de 33,2 milhões para 45,6 milhões de escolares, enquanto a alocação de recursos financeiros passou de 590,1 milhões para três bilhões de reais.

Outros avanços importantes dizem respeito ao estabelecimento de critérios técnicos e operacionais visando maior flexibilidade, eficiência e

eficácia na gestão do Programa, tais como os estímulos para a ampliação e o fortalecimento do papel dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) no controle social, as estratégias normativas para as ações do nutricionista como Responsável Técnico e mesmo a instituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE):

A sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, por sua vez, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e a recomendação de que no mínimo 30% do repasse do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar

Tabela 1. Distribuição dos recursos financeiros executados (em milhões de reais) e do número de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no período de 1995 a 2010.

Ano	Recursos financeiros (em milhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
1995	590,1	33,2
1996	454,1	30,5
1997	672,8	35,1
1998	785,3	35,3
1999	871,7	36,9
2000	901,7	37,1
2001	920,2	37,1
2002	848,6	36,9
2003	954,2	37,3
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1.520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.013	47,0
2010	3.034	45,6

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos>

Essa tabela nos mostra que apesar dos recursos financeiros terem mais que duplicado do ano de 1995 até o ano de 2010, essa proporção não ocorreu em relação ao número de alunos atendidos.

Em 2011, por influência do Brasil, foi criado o Centro de Excelência de Combate à Fome, sediado no Brasil, um órgão do PMA, que atua em vários

países da África, Ásia, América Latina e Caribe. Além disso, o FNDE realiza cooperação efetiva em 8 países da América Latina e Caribe, por meio da FAO e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O objetivo dessa cooperação é assessorar os países solicitantes na elaboração e implantação de programas nacionais de alimentação escolar sustentáveis, com base no programa brasileiro.

Para os estudiosos o PNAE é uma das maiores iniciativas na área de alimentação escolar no mundo, sendo reconhecido como caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

171

A partir dos dados disponibilizados pelo MEC, o PNAE em 2000 foi investido 0,91 milhes e no ano de 2010 o investimento subiu para 3,05 milhões. No ano de 2000 o programa atendia 35 milhes de alunos e no final do governo Lula, o total de beneficiados atingiu 45 milhões alunos.

No seu contexto de reestruturação o PNAE sofreu várias mudanças ao decorrer da sua história. A criação da política de alimentação escolar surgiu em um panorama em que o Brasil passava por um momento de grande insegurança alimentar e nutricional o que fez o desenho do Programa ter um caráter puramente assistencialista, cujo intuito maior era sanar a fome dos alunos. Na sua fase atual, o PNAE é totalmente pautado pelo Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), na medida em que é universal e contínuo, podendo assegurar uma alimentação saudável e adequada a todas as etapas da educação básica, durante os 200 dias letivos (PEIXINHO et al., 2011).

Até o final do mandato do governo Lula em 2011, o PNAE era responsável pela alimentação escolar durante todo o período letivo, devendo suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias, quando ofertada

uma refeição e 30% das necessidades nutricionais diárias quando ofertada duas ou mais refeições. Além disso, quando o aluno estiver matriculado no Programa Mais Educação ou em tempo integral a escola deverá suprir no mínimo 70% das necessidades nutricionais diárias do alunado (BRASIL, 2013).

O programa brasileiro como foi descrito acima, obteve êxito na sua proposta e serviu como referência e modelo para serem empregados em outros países. O PNAE da Bolívia (Programa de Complementação Alimentar Escolar) foi um dos programas bolivianos cuja inspiração se deu no PNAE brasileiro. A cobertura da alimentação escolar evoluiu com o passar dos anos, chegando em 2003 a 52,6% das unidades escolares públicas e de convênio do país

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo PAE da Bolívia pode-se citar: a elevada dispersão das unidades educativas do meio rural, o que impacta na cobertura total do programa; recursos reduzidos dos governos municipais para a compra de alimentos, além de falta de espaços para o armazenamento e o preparo de alimentos, em especial em municípios com menos de 20.000 habitantes; ausência de informações sobre o consumo de alimentos adequados por regiões; insuficiente controle de qualidade e aceitabilidade dos alimentos destinados ao programa (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, 2015).

Segundo as informações oficiais do governo, identificam-se diversos desafios que estão sendo enfrentados por parte dos agricultores familiares para participar das compras públicas da alimentação escolar, dentre os quais: limitada capacidade fornecer produtos locais de qualidade, nas quantidades solicitadas pelas unidades escolares e sanitariamente adequados; atrasos nos pagamentos das compras públicas por parte dos GAM (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN, 2015).

Com a aprovação da Lei nº 622/2014 a Bolívia passa a integrar um movimento que vem ocorrendo em diversos países, que é de inserir na alimentação escolar agricultores familiares como fornecedores, de valorizar a produção local e oportunizar, por um lado, um mercado para estes agricultores comercializarem seus produtos, e, por outro, uma alimentação mais saudável e respeitando os hábitos alimentares de cada região. Para que o programa

boliviano possa evoluir e atingir seus objetivos é necessário que os diferentes atores envolvidos neste processo estejam articulados. A legislação boliviana que regulamenta a participação de agricultores locais no PAE é recente, pois teve vigência a partir de 2015, desta forma ainda são escassos na literatura e no site oficial os resultados alcançados pelo programa no período mais recente.

Na gestão de 2013 mais de dois milhões de estudantes de unidades educativas fiscais e conveniadas receberam alimentação complementar. Os dados disponibilizados pelo ministério da educação apontaram que na comparado ao ano de 2003, apenas 52% das unidades educativas cotavam com café da manhã atendendo 174 municípios. Em 2013 a cobertura do programa subiu para 74% dos estudantes atendendo a 318 municípios.

Durante o período estudado o Brasil tornou a alimentação escolar uma política de Estado. Outros países também a tornaram, tais quais Bolívia, Paraguai e outras iniciativas tramitam e discutem sobre esse assunto em El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Republica Dominicana e Nicarágua.

Segundo as informações fornecidas pela FAO, é possível extrair dados e perspectivas do programa de alimentação escolar o PNAE. Em 2009 o programa ACE na Bolívia cobria os 9 departamentos. De 337 municípios o programa atendia 317 totalizando 94%. Dos 15.870 centros escolares públicos o programa atende 13.823 totalizando 87%. Atendendo a 89% do total de estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nossa discussão conduzida até aqui nos dá ferramentas para concluir que esses programas de segurança e soberania alimentar pesquisados aqui (PNAE) fizeram parte e definiram as agendas dos respectivos governos: Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Juan Evo Morales Ayma (Bolívia). O PNAE nos dois territórios foram de extrema importância, pois culminaram em um período onde a fome se fazia presente no Brasil e na Bolívia e principalmente nos espaços escolares de educação pública.

As políticas públicas de merenda escolar PNAE no Brasil e PNAE (Antiga ACE) na Bolívia já existiam antes dos anos 2003 (Brasil) e 2006

(Bolívia), porém foram nestes anos (após assumirem a presidência, que estas políticas públicas) modificaram o propósito inicial. Estas políticas públicas passaram de um pano de fundo com um viés mais assistencialista para outro pano de fundo, que, preocupa com a origem, qualidade do alimento, de onde é comprado e como isso pode ser feito para melhorar um contexto geral. Essa perspectiva visava atender o lado social, como também o lado econômico. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) caracteriza-se como a política pública de maior longevidade destes países na área de segurança alimentar e nutricional, sendo considerado um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo.

Observamos que o Brasil foi pioneiro nestas políticas públicas e serviu de referência para outros países da América Latina e Caribe, e também, alguns países do continente africano. No contexto latino americano a Bolívia se espelhou muito no Brasil. Por questões econômicas, o território governado pelo PT conseguiu mais recursos financeiros para desenvolver seus programas, mas isso não significa que obteve mais sucesso do que o Estado Plurinacional da Bolívia, por exemplo. Pois, , por ser um país de menor território, a Bolívia conseguiu cobrir uma maior porcentagem das suas escolas em relação ao país vizinho, Brasil.

O sobrepeso está como discutimos no artigo, ligado a origem dos alimentos que ingerimos. Muitos alimentos que faziam parte do “café da manhã” das escolas destes dois programas, eram na sua totalidade alimentos ultraprocessados e continham, na maioria das vezes, pacotes de biscoitos e leite com achocolatado em caixinhas de papelão. Para uma população que convive com a fome isso é um alento, mas não uma solução, pois possui seus efeitos colaterais como excesso de gorduras e pouco índice de vitamina por exemplo. A importância desses programas foi sobretudo para discutir e idéia de que a segurança alimentar se resume apenas a um prato cheio ou a um prato cheio de comida saudável?

Para ambos os países, comparar o período do governo do Lula e Evo com os governos anteriores em seus respectivos países é uma tarefa muito fácil. Pois é indubitável que historicamente estes períodos destacados aqui tem

maior contribuição social e política em relação à ideia de políticas públicas ligadas a soberania e segurança alimentar, já que no passado muito pouco foi feito em relação a isso. Mas, se compararmos os recursos financeiros fornecidos aos agricultores familiares por meio dessas políticas públicas, e os benefícios econômicos e estruturais dados a eles, são ínfimos em relação ao que se investe no agronegócio.

Os estudos que tratam da questão da soberania e segurança alimentar destacam a importância da Reforma Agrária como motor para desenrolar dessas políticas públicas. A Reforma Agrária possibilita que grupos marginalizados tenham acesso a terra, reconhecidas pelo Estado. E muitas vezes são os quilombos, os camponeses, os povos indígenas, ribeirinhos e o pequeno produtor que tem esse compromisso com a produção de alimentos saudáveis. Pois a comida saudável diz respeito a uma produção agroecológica, que respeita o tempo dos alimentos, utilizando sementes crioulas sendo oposto ao que fornece o pacote da Revolução Verde, sendo opostas ao latifúndios.

Porém mesmo com a Reforma Agrária boliviana, Brasil e Bolívia ainda são territórios tomados pelo latifúndio e agronegócio. Aos povos indígenas, aos movimentos camponeses e ao pequeno produtor, estes governos, ainda insistem em tomarem posições pouco expressivas. E estes grupos muitas vezes são “empurrados” para zonas mais pobres, miseráveis precisando utilizar alternativas que unem poucos recursos a uma terra pouco produtiva. As políticas públicas adotadas visaram de certa forma incluir esses agentes produtivos no mercado, mas não necessariamente mudaram a estrutura produtiva alimentar. Uma vez que estes grupos que estão no campo não contam com a estrutura que conta o latifúndio e isso não inclui apenas investimento Estatal, isso inclui segurança, presença de instituições públicas fortes, possibilidade de aumentar sua produção, representatividade no congresso nacional entre outros.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 275 p.

BITTENCOURT, Jaqueline. **Uma análise comparada das Políticas Públicas de Alimentação escolar na Bolívia, no Brasil e no Chile**. Porto Alegre 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33672/000789407.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 12/07/2019.

BLEIL, S.I. **O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil**. Cadernos de Debate. São Paulo: NEPA/UNICAMP, v. 6, 1998. p. 1-25.

BRASIL. **Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Alimentação Escolar**. [acessado 2011 abr 18]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. *Diário Oficial da União* 2009; 16 jun.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. *Diário Oficial da União* 2009; 16 jun.

GRISA, C. **A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2007. 200 f.

FAO. **ALIMENTACIÓN ESCOLAR Y LAS POSIBILIDADES DE COMPRA DIRECTA DE LA AGRICULTURA FAMILIAR ESTUDIO DE CASO EN OCHO PAÍSES**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i3413s.pdf> Acesso em: 12/07/2019.

FAO. **PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2016**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>>. Acesso em 14/07/2019.

FERNANDES, Gabriel B. e ROMANO, Jorge O. **Aliança pela Agroecologia na América Latina: potencialidades e desafios (2006)**. Revista Agriculturas. v. 13 - n. 3. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Agriculturas_V13N3_EDITOR-CONVIDADO.pdf> . Acesso em: 14/06/2019.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In.: Revista Planejamento e Políticas Públicas (IPEA) N. 21 (2000). Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>

LAURA, Brigida. **Analises de las políticas publicas de seguridade e soberania alimentar no Estado Boliviano: Período 2006-2014**. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/708/VERSION%20FINAL%20TCC%20BRIGIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

LEITE, Sérgio Pereira. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE BRASIL – MRE. **COOPERACIÓN TÉCNICA GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA FAO** Disponível em: <http://www.fao.org/3/as511s/as511s.pdf>. Acesso em: 10/07/2019.

MIINISTERIO DE EDUCACIÓN BOLIVIA. **PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS** 2005. Disponível em: https://www.minedu.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=169&Itemid=932. Acesso em 10/07/2019.

MNISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME:PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS : **BALANÇO DE 2003 À 2010**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno-balanco-paa-2003-2010.pdf. Acesso em 12/07/2019.

Organização Pan-America da Saúde. **Bolívia: Saúde nas Américas, edição 2012: Volume Regional**. Disponível em: <https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2012/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=sna-2012-capitulos-pais-28&alias=246-bolivia-246&Itemid=231&lang=en>. Acesso em: 14/07/2019.

PEIXINHO,Albaneide. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400002. Acesso em: 12/07/2019.

SADER, Emir. **Enciclopédia Latino Americana (2016)**. Editora Boitempo. Campinas. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/esquerda>>. Acesso em: 14/06/2019.

SILVA, Daniel. **A modernização da agricultura e a desigualdade no processo de desenvolvimento rural.** In: Sistemas Agrários e Agricultura no Alto Jequitinhonha. Disponível em: <
<http://www.ufrgs.br/pgdr/teses/dissertacoes-economia-rural> >. Acesso em: 14/06/2019.

SILVA, Déborah. **ÍNDICE DE QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.** Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23102/1/2017_DeborahBoscoSilva.pdf. Acesso em: 12/07/2019.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** In.: Sociologias. Porto Alegre, n.16, jul./dez. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra-hegemonica da via campesina: Experiências Brasil e Bolívia.** Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao_zanotto_2017.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

TRICHES, R. M. **Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o meio rural.** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 161200.